

# ***T4F Entretenimento S.A.***

*Informações Contábeis Intermediárias  
Individuais e Consolidadas Referentes ao  
Trimestre Findo em 31 de Março de 2012 e  
Relatório sobre a Revisão de Informações  
Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.

Aos Acionistas e Administradores da  
T4F Entretenimento S.A.  
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão das informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais – ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais – ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### **Outros assuntos**

#### *Informações intermediárias do valor adicionado*

Revisamos, também, as informações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (“DVA”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11			31/03/12	31/12/11		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	179.621	225.011	209.549	263.277	Fornecedores	15	25.196	23.325	49.517	45.379
Caixa restrito	7	8.146	14.457	8.146	14.457	Debêntures	16	37.697	41.931	37.697	41.931
Contas a receber de clientes	8	53.155	42.303	74.311	62.540	Salários, provisões e encargos sociais		6.554	7.345	10.158	10.466
Estoques		144	488	1.957	2.352	Impostos e contribuições a recolher	17	8.941	7.065	15.948	16.197
Impostos a recuperar	9	2.269	1.822	14.577	13.181	Adiantamentos de clientes	18	50.765	55.736	67.763	69.386
Adiantamentos a fornecedores	10	12.747	3.931	17.173	7.508	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	19	6.603	11.330	6.603	11.330
Despesas antecipadas	11	30.858	24.303	69.341	52.520	Dividendos a pagar		14.265	14.265	14.505	14.682
Dividendos a receber de controladas		2.555	2.555	-	-	Partes relacionadas	12	21.899	14.889	4.000	-
Outras contas a receber		254	206	2.124	5.676	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	1.798	3.034	2.336	3.182
Total do ativo circulante		<u>289.749</u>	<u>315.076</u>	<u>397.178</u>	<u>421.511</u>	Outras obrigações		<u>591</u>	<u>668</u>	<u>683</u>	<u>761</u>
						Total do passivo circulante		<u>174.309</u>	<u>179.588</u>	<u>209.210</u>	<u>213.314</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo:						Debêntures	16	75.000	93.750	75.000	93.750
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	56.883	59.911	59.365	62.062	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	15.511	14.157	19.560	18.933
Depósitos judiciais		2.691	2.711	4.019	4.101	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	805	1.086	3.505	1.447
Despesas antecipadas	11	75	123	341	627	Impostos e contribuições a recolher	17	5.845	6.113	7.829	8.426
Partes relacionadas	12	23.391	20.268	8.560	7.329	Total do passivo não circulante		<u>97.161</u>	<u>115.106</u>	<u>105.894</u>	<u>122.556</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>83.040</u>	<u>83.013</u>	<u>72.285</u>	<u>74.119</u>						
Investimentos em controladas	13.a)	89.556	77.076	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	130.730	128.717	-	-	Capital social	21	238.124	238.124	238.124	238.124
Imobilizado	14.a)	13.052	23.939	51.520	39.590	Gastos com emissão de ações	21	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Intangível:						Reserva de capital	21	4.337	4.258	4.337	4.258
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	137.040	135.325	Reserva legal	21	10.296	10.296	10.296	10.296
Outros intangíveis	14.b)	1.932	2.050	3.324	3.353	Reserva de reavaliação	14.c)	1.563	1.589	1.563	1.589
Total do ativo não circulante		<u>318.310</u>	<u>314.795</u>	<u>264.169</u>	<u>252.387</u>	Reserva de retenção de lucros	21	86.264	85.177	86.264	85.177
						Ajustes de avaliação patrimonial	21	5.670	5.398	5.670	5.398
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>336.589</u>	<u>335.177</u>	<u>336.589</u>	<u>335.177</u>
						Participação dos acionistas não controladores					
						no patrimônio líquido das controladas		-	-	9.654	2.851
						Total do patrimônio líquido consolidado		<u>336.589</u>	<u>335.177</u>	<u>346.243</u>	<u>338.028</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>608.059</b></u>	<u><b>629.871</b></u>	<u><b>661.347</b></u>	<u><b>673.898</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>608.059</b></u>	<u><b>629.871</b></u>	<u><b>661.347</b></u>	<u><b>673.898</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
RECEITA LÍQUIDA	22	83.319	33.031	106.334	82.070
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS		(60.561)	(19.025)	(76.845)	(58.433)
LUCRO BRUTO		22.758	14.006	29.489	23.637
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		(555)	(662)	(1.271)	(1.894)
Gerais e administrativas	23	(13.066)	(11.708)	(20.749)	(18.660)
Remuneração dos administradores	12.2 e 23	(1.217)	(1.087)	(1.322)	(1.256)
Equivalência patrimonial	13	(3.080)	1.365	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	26	(536)	2.304	(149)	3.747
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.304	4.218	5.998	5.574
RESULTADO FINANCEIRO	25				
Despesas financeiras		(5.383)	(4.929)	(6.086)	(5.885)
Receitas financeiras		5.386	1.942	6.057	2.666
Varição cambial e monetária, líquida		(500)	(142)	(1.889)	33
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.807	1.089	4.080	2.388
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	27	-	-	(703)	(1.261)
Diferidos	27	(2.746)	(250)	(2.228)	(239)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE		1.061	839	1.149	888
LUCRO DO TRIMESTRE ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores		-	-	1.061	839
Não controladores		-	-	88	49
		-	-	1.149	888
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	34	0,0153	0,0146	0,0153	0,0146
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		0,0149	0,0146	0,0149	0,0146

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	1.061	839	1.149	888
Outros resultados abrangentes:				
Variação cambial na conversão de operações no exterior	272	(1.954)	272	(1.954)
Total do resultado abrangente do trimestre	<u>1.333</u>	<u>(1.115)</u>	<u>1.421</u>	<u>(1.066)</u>
Total do resultado abrangente do trimestre atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	1.333	(1.115)
Acionistas não controladores	-	-	88	49
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.421</u>	<u>(1.066)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Reserva de Lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados				
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2011		36.462	-	-	1.726	7.292	55.319	27.524	-	2.912	131.235	2.083	133.318
Aumento de capital conforme AGO de 14 de fevereiro de 2011	21	13.075	-	-	-	-	(13.075)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do trimestre	21	-	-	-	-	-	-	-	839	-	839	49	888
Constituição da reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	-	-	839	-	(839)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	(26)	-	26	-	0	-	-	-	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior	21	-	-	-	-	-	-	-	(1.954)	-	(1.954)	-	(1.954)
Pagamentos de dividendos adicionais de 2010	21	-	-	-	-	-	-	(27.524)	-	-	(27.524)	-	(27.524)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011		49.537	-	-	1.700	7.292	43.109	-	-	958	102.596	2.132	104.728
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012		238.124	(9.665)	4.258	1.589	10.296	85.177	-	-	5.398	335.177	2.851	338.028
Lucro líquido do trimestre	21	-	-	-	-	-	-	-	1.061	-	1.061	88	1.149
Constituição da reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	-	-	1.061	-	(1.061)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	(26)	-	26	-	-	-	-	-	-
Pagamentos baseado em ações	31	-	-	79	-	-	-	-	-	-	79	-	79
Variação cambial na conversão de operações no exterior	21	-	-	-	-	-	-	-	272	-	272	-	272
Aquisição de participação societária de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.715	6.715
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012		238.124	(9.665)	4.337	1.563	10.296	86.264	-	-	5.670	336.589	9.654	346.243

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS  
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do trimestre		1.061	839	1.149	888
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do trimestre com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	13	3.080	(1.365)	-	-
Depreciação e amortização	14	830	596	2.097	1.190
Custo residual de ativo imobilizado baixado		(99)	-	(99)	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.746	250	2.260	239
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		4.043	5.047	1.695	7.947
Pagamentos baseados em ações		79	383	79	383
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		790	(1.836)	433	(2.944)
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	23	25	(56)	21	(173)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(10.877)	12.104	(12.425)	14.085
Estoques		344	(52)	384	(30)
Impostos a recuperar		(447)	(150)	(1.857)	(1.452)
Adiantamento a fornecedores		(8.816)	(2.051)	(9.794)	(8.988)
Outras contas a receber		(48)	239	3.311	854
Depósitos judiciais		20	(138)	64	(352)
Despesas antecipadas		(6.507)	(17.491)	(17.844)	(20.337)
Fornecedores		1.726	5.158	4.519	9.543
Impostos e contribuições a recolher		2.853	(4.124)	1.317	(3.073)
Salários, provisões e encargos sociais		(791)	(2.000)	(209)	(2.088)
Adiantamentos de clientes		(4.971)	22.612	(1.138)	35.865
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(660)	(55)	(660)	(55)
Outras obrigações e contas a pagar		1.509	2.054	1.577	2.996
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(14.110)	19.964	(25.120)	34.511
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.245)	(308)	(1.713)	(2.922)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(15.355)	19.656	(26.833)	31.589
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 33	(1.881)	(894)	(4.635)	(1.908)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.881)	(894)	(4.635)	(1.908)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Partes relacionadas		(1.206)	248	3.031	(761)
Pagamentos de dividendos		-	(27.895)	(177)	(27.895)
Pagamento de debêntures - principal		(18.750)	-	(18.750)	-
Pagamento de debêntures - juros		(8.198)	(4.504)	(8.198)	(4.504)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(28.154)	(32.151)	(24.094)	(33.160)
<b>VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		-	-	1.834	(1.408)
<b>REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		(45.390)	(13.389)	(53.728)	(4.887)
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Saldo inicial		225.011	69.859	263.277	120.934
Saldo final		179.621	56.470	209.549	116.047
<b>REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		(45.390)	(13.389)	(53.728)	(4.887)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>RECEITAS</b>				
De serviços	95.420	35.942	120.579	88.490
Outras receitas (despesas) operacionais	(343)	85	(293)	429
(Provisão) reversão para créditos de liquidação duvidosa	25	(56)	21	(173)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custo dos serviços prestados	(57.660)	(15.244)	(69.817)	(48.054)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.854)	(5.667)	(8.449)	(8.073)
Perda de valores ativos	(3)	-	(41)	-
Outros	-	-	207	(34)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>31.585</b>	<b>15.060</b>	<b>42.207</b>	<b>32.585</b>
<b>DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(830)</b>	<b>(596)</b>	<b>(2.097)</b>	<b>(1.190)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>30.755</b>	<b>14.464</b>	<b>40.110</b>	<b>31.395</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>1.545</b>	<b>3.165</b>	<b>4.141</b>	<b>2.699</b>
Receitas financeiras e variação cambial	4.886	1.800	4.168	2.699
Resultado de equivalência patrimonial	(3.080)	1.365	-	-
Outras	(261)	-	(27)	-
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>32.300</b>	<b>17.629</b>	<b>44.251</b>	<b>34.094</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal</b>	<b>8.744</b>	<b>7.908</b>	<b>14.641</b>	<b>13.690</b>
Remuneração direta	7.524	9.347	12.892	15.327
Benefícios	882	(1.708)	1.292	(2.001)
FGTS	338	269	457	364
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>16.591</b>	<b>2.395</b>	<b>20.014</b>	<b>11.849</b>
Federais	13.252	2.786	14.676	9.339
Estaduais	50	-	2.019	2.770
Municipais	3.289	(391)	3.319	(260)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>5.904</b>	<b>6.487</b>	<b>8.447</b>	<b>7.667</b>
Juros	5.323	4.929	6.037	4.506
Aluguéis	581	2.906	850	3.914
Outras	-	(1.348)	1.560	(753)
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>1.061</b>	<b>839</b>	<b>1.149</b>	<b>888</b>
Dividendos	14.265	-	14.505	-
Lucros retidos	(13.204)	839	(13.444)	839
Participação dos acionistas não controladores	-	-	88	49
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>32.300</b>	<b>17.629</b>	<b>44.251</b>	<b>34.094</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado).

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, conjuntos 42, 52, 61 e 62, na cidade de São Paulo – SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, tais como teatros, ginásios e estádios.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aporte do seu capital social em R\$187.586, integralizando 11.724.138 ações ordinárias de sua emissão. Os custos incorridos com a oferta dessas ações, no montante de R\$9.665, foram registrados em conta específica redutora do patrimônio líquido.

A Companhia administra três casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas das categorias Copa Caixa Stock Car, Copa Chevrolet Montana, Copa Mini Challenge e a Copa Petrobrás de Marcas. Juntas, elas compõem o principal evento automobilístico nacional.

Em curso de seu plano de expansão operacional, em março de 2012 a Companhia adquiriu o controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. e iniciou nova atividade no segmento de comércio, locação de equipamentos e assessorios gerais para a promoção de eventos de qualquer natureza.

A controladora imediata do Grupo T4F é a F.A. Comércio e Participações (“F.A. Part.”), com participação de 28,14%.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº3.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nos trimestres apresentados e nas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado:

#### a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores há 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

## d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

## e) Despesas antecipadas

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

## f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

## g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

## h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

## i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a

contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 27.

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais

frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

#### m) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e as despesas antecipadas, a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois, o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Debêntures

Registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência e entrega dos ingressos.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

### Receitas de produtos

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

#### s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

#### t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

## u) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

## v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

## w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: (1) mantidos até o vencimento; (2) disponíveis para venda; e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

#### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

#### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### x) Pagamentos baseados em ações

Os contratos de outorga dos pagamentos baseados em ações celebrados entre a Companhia e seus executivos determinam que os ganhos decorrentes da valorização desses instrumentos seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo, e, portanto estavam registrados como reservas de capital no patrimônio líquido com contrapartida em conta do passivo, denominada passivo financeiro. Entretanto, referidos contratos determinam também que no advento do processo de oferta pública de distribuição de ações - IPO, a Companhia deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, como demonstrado na nota explicativa nº1, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo desses instrumentos foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em instrumento de patrimônio, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (vide nota explicativa nº 31).

Conforme descrito nas notas explicativas nº 21 e 31, o Conselho de Administração aprovou em 12 de julho de 2011, a emissão de 100.170 ações, todas subscritas e integralizadas, tendo em vista o exercício naquela data, de opções “vested” do Plano de Opção de Compra de Ações, por alguns dos executivos contemplados. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, por R\$1.001.

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas

financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### bb) Reclassificação

Os gastos líquidos com a emissão de ação anteriormente apresentados como redução do capital social em 31 de dezembro de 2011, foram reclassificados para conta específica de reserva no patrimônio líquido em 31 de março de 2012.

#### cc) Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro trimestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas e suas respectivas alterações existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

### 4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao

lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Até a data de encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2012, nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até a data de encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2012, nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

## 5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixas e do valor adicionado e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o trimestre, sobre o patrimônio líquido no início do trimestre, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do período é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”. No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	-

<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do entretenimento e marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheterias, mediante o fornecimento de tecnologia e assistência técnica; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.

- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento ou aporte de capital em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A.- 95%, Ticketmaster Argentina S.A. - 95%, Ticketek Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 95%, Pop Art S.A. - 100%, T4F Chile S.A. - 99,31%, Ticketmaster Chile S.A. - 99,35% e B.A. Inversiones S.A. - 5%. Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. - 41,07%, T4F Entretenimientos Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 5%, Ticketek Argentina S.A. - 95% e Ticketmaster Argentina S.A. - 5%.
- Ticket CO. SpA. (controlada integral - 100%), localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento.
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida – EUA tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos, sendo atualmente a responsável pela promoção das corridas de “stock car” no Brasil.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (controlada – 69,48%) – tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral além de serviços de consultoria e assessoria organizacional de projetos e produção de eventos de qualquer natureza.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e bancos	5.178	7.946	11.996	24.354
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	7.240	5.434
Certificado de Depósito Bancário - CDB/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	38.559	60.982	44.626	65.905
Operação compromissada - DI (c)	135.884	156.083	145.214	166.161
Money Market (d)	-	-	473	1.423
Total	<u>179.621</u>	<u>225.011</u>	<u>209.549</u>	<u>263.277</u>

- Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.
- CDB a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas de 96,5% a 102% da variação do CDI (98% a 102% em 31 de dezembro de 2011), mantidos em instituições

financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

- c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por uma taxa média de 100,6% (100% em 31 de dezembro de 2011) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- d) Aplicação no exterior de liquidez imediata em Money Market, com rendimento de 0,60% ao ano, sem prejuízo no resgate. Em 31 de março de 2012, o saldo é de US\$260 mil.

## 7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da mesma ou de suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa é de R\$8.146 (R\$14.457 em 31 de dezembro de 2011). Em 31 de março de 2012, estavam aplicados R\$7.559 em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 100,1% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Clientes faturados (i)	4.079	4.401	13.706	17.414
Bilheteria (ii)	25.752	21.289	35.301	28.302
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	23.443	16.757	26.355	17.896
Total das contas a receber	53.274	42.447	75.362	63.612
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(119)	(144)	(1.051)	(1.072)
Total	53.155	42.303	74.311	62.540

- (i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.
- (ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.
- (iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
A vencer:	51.873	40.909	61.252	51.377
Vencidas:				
Até 30 dias	78	1.390	7.003	5.473
De 31 a 60 dias	1.189	4	1.833	2.990
De 61 a 90 dias	-	-	339	378
De 91 a 180 dias	15	39	2.269	928
Há mais de 180 dias	119	105	2.666	2.466
Total das contas a receber	<u>53.274</u>	<u>42.447</u>	<u>75.362</u>	<u>63.612</u>

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>144</u>	<u>1.072</u>
Adições	-	24
Reversões e baixas	<u>(25)</u>	<u>(45)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>119</u>	<u>1.051</u>

## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
IRPJ/CSLL - antecipações	1.177	1.178	3.703	4.542
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	851	400	3.352	3.059
Programa de Integração Social - PIS	-	18	43	78
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	81	197	360
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	449	259
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	4.728	4.351
Outros	241	145	2.105	532
Total	<u>2.269</u>	<u>1.822</u>	<u>14.577</u>	<u>13.181</u>

- (i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

## 10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	12.231	3.714	15.149	6.991
Outros	516	217	2.024	517
Total	12.747	3.931	17.173	7.508

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados.

## 11. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente e já faturados pelos respectivos fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, e substancialmente representados por cachês dos artistas e itens de produção dos shows, sendo apropriados ao resultado à medida de sua realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Eventos, shows e espetáculos contratados	29.084	23.870	67.184	50.668
Outras	1.849	556	2.498	2.479
Total	30.933	24.426	69.682	53.147
Circulante	30.858	24.303	69.341	52.520
Não circulante	75	123	341	627

## 12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

## 12.1. Transações com empresas do Grupo

## a) Em 31 de março de 2012

Controladora

## T4F Entretenimento S.A.

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	-	1.000	-	-
Aurolights Locação de Bens Móveis Ltda. (vi)	-	4.000	-	-
B.A. Inversiones S.A.	415	-	(49)	29
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	4.992	93	(3)	152
F.A. Comércio e Participações S.A.	30	-	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	348	582	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	1.297	-	-	37
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	128	210	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	632	14.680	(1.060)	1.358
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	3.374	1.071	(343)	266
T4F Inversiones S.A. (ii)	12.045	-	(1.235)	748
T4F USA Inc.	-	263	(16)	24
Vicar Promoções Desportivas S.A.	53	-	-	-
Total	<u>23.391</u>	<u>21.899</u>	<u>(2.706)</u>	<u>2.614</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
Aurolights Locação de Bens Móveis Ltda. (vi)	-	4.000	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	7.231	-	(3)	228
F.A. Comércio e Participações S.A.	32	-	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	1.297	-	-	37
Total	<u>8.560</u>	<u>4.000</u>	<u>(3)</u>	<u>265</u>

b) Em 31 de dezembro de 2011

Controladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-	-	-
B.A. Inversiones S.A.	435	-	(50)	66
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	4.072	-	(11)	302
Metropolitan Empreendimentos S.A.	-	252	-	-
Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. (iii)	1.260	-	-	152
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	90	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	14.276	(4.411)	2.779
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.784	-	(516)	835
T4F Inversiones S.A. (ii)	12.532	-	(1.397)	3.058
T4F USA Inc.	-	271	(52)	24
Vicar Promoções Desportivas S.A.	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>20.268</u>	<u>14.889</u>	<u>(6.437)</u>	<u>7.216</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	6.069	-	(11)	530
Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. (iii)	<u>1.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>152</u>
Total	<u>7.329</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>682</u>

- (i) Representado principalmente pelo valor a receber do contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$5.206 mil, não será integralizado ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (ii) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$25.654 mil, não será integralizado ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então

registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.

- (iii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V., Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em atendimento a esses contratos em 31 de março de 2012, a Companhia possui a receber da CIE Internacional S.A. de C.V. os montantes de R\$4.992 na controladora e de R\$7.231 no consolidado, e possui a receber da Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. os montantes de R\$149 na controladora e consolidado (o saldo remanescente refere-se a valores oriundos de gastos operacionais com eventos). Esses saldos são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros das debêntures.

A parcela de dividendos distribuídos pela Companhia e pagos em 30 de março de 2011 ao ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$8.804, foi retida para liquidação parcial desse valor.

- (iv) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para suprimento de caixa e para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

- (v) Valor referente a contribuição de capital da Companhia na Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A, cuja participação foi adquirida em 30 de março de 2012, sendo que a liquidação financeira ocorrerá até 15 de maio de 2012.
- (vi) Contas a pagar referente aquisição de participação societária da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.

## 12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	31/03/12		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62
Diretores estatutários	1.155	-	1.155
Total	1.217	-	1.217

Controladora	31/03/11		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62
Diretores estatutários	1.025	-	1.025
Total	1.087	-	1.087

Consolidado	31/03/12		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62
Diretores estatutários	1.257	3	1.260
Total	1.319	3	1.322

Consolidado	31/03/11		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62
Diretores estatutários	1.110	84	1.194
Total	1.172	84	1.256

(\*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no trimestre. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 foi fixado em R\$9.948.

### 13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

#### a) Informações das controladas

##### a.1) 31 de março de 2012

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro	Participação - %	Equivalência	Investimentos
		líquido do trimestre		patrimonial em 31/03/12	em controladas em 31/03/12
Área Marketing Brasil Ltda.	1.036	(88)	99,99	(88)	1.036
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	21.702	(301)	69,48	(209)	15.079
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.382	(743)	99,99	(743)	8.382
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	5.502	619	99,99	619	5.502
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	49.018	(2.705)	100,00	(2.705)	49.018
T4F USA Inc.	1.574	(378)	100,00	(378)	1.574
Ticket Co. SpA.	(127)	(115)	100,00	(115)	(127)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	12.123	719	75,00	539	9.092
Total				(3.080)	89.556

##### a.2) 31 de dezembro de 2011

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro	Participação - %	Investimentos
		líquido do exercício		em controladas 2011
Área Marketing Brasil Ltda.	1.124	79	99,99	1.124
Metropolitan Empreendimentos S.A.	9.126	890	99,99	9.126
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	4.883	6.431	99,99	4.883
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.371	5.482	100,00	51.371
T4F USA Inc.	2.020	627	100,00	2.020
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.402	4.030	75,00	8.552
Total				77.076

## a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 31 de março de 2012

	<u>Controladora</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2011	77.076
Equivalência patrimonial	(3.080)
Varição cambial na conversão de operações no exterior	272
Aquisição de controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (i)	<u>15.288</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de março de 2012	<u><u>89.556</u></u>

- (i) Em 30 de março de 2012 a Companhia realizou: (i) aquisição de participação societária da referida empresa no valor de R\$4.000; (ii) contribuição de capital no valor de R\$13.300, sendo R\$12.300 em equipamentos e R\$1.000 em caixa, a ser liquidado em período subsequente conforme descrito na nota explicativa nº12 (v), perfazendo um investimento total de R\$ 17.300, dos quais R\$2.012 estão registrados como ágio na aquisição de investimentos.

## a.4) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 31 de março de 2011

	<u>Controladora</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2010	64.482
Equivalência patrimonial	1.365
Varição cambial na conversão de operações no exterior	<u>(1.954)</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de março de 2011	<u><u>63.893</u></u>

## b) Ágio na aquisição de investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.204	83.205	83.204
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A. (v)	-	-	6.310	6.608
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (vi)	<u>2.012</u>	<u>-</u>	<u>2.012</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>130.730</u></u>	<u><u>128.717</u></u>	<u><u>137.040</u></u>	<u><u>135.325</u></u>

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, a Companhia passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168.

Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago anteriormente pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original, especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152; a diferença de preço de R\$621 foi paga à Companhia em 7 de julho de 2009, quando também foi pago o valor de R\$255, referente à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada (60 ações), gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 – Combinações de empresas (revisada em 2008) uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas diretos e indiretos, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão com a participação dos acionistas.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido à zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas informações contábeis intermediárias dos acionistas controladores.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou 1.200 ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873, equivalente a US\$1.000 mil. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660 mil, e de R\$506, equivalente a US\$270 mil, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A.. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, as controladas adquiriram os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a serem testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.
- (vi) Até a data de encerramento das informações trimestrais de 31 de março de 2012, o estudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio gerado na aquisição da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., encontrava-se em fase de elaboração. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2012 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade reconhecerá retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição, no entanto não são esperados efeitos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2011, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 11,92% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais

nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foram as seguintes:

<u>Incremento na receita líquida</u>	A Administração projeta o crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica, expansão operacional e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada (São Paulo e Rio de Janeiro). O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Adicionalmente, será incrementada a quantidade de shows nas praças em que já atua, associada à crescente demanda identificada em períodos anteriores ao período em que foram efetuadas as projeções.
<u>Margem bruta projetada</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.</li> </ul>
<u>Inflação dos preços dos ingressos</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram consideradas, para elaboração dos preços dos ingressos, as previsões para os índices de preços ao consumidor para o período das projeções dos países em que a Companhia atua.</li> </ul>

#### 14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

##### a) Composição do imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Custo reavaliado:					
Terrenos	-	-	-	444	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	77.956	82.871	101.934	106.999
Móveis e utensílios	6	4.689	7.110	9.000	11.090
Máquinas e equipamentos	7	10.888	14.532	29.159	19.408
Equipamentos de processamento de dados	17	6.387	5.800	10.417	9.778
Estruturas	10	-	-	10.024	-
Veículos	20	734	661	4.523	4.195
Adiantamento de imobilizado	-	165	150	172	176
Total		<u>100.819</u>	<u>111.124</u>	<u>165.673</u>	<u>152.111</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(76.477)	(76.395)	(93.449)	(93.165)
Móveis e utensílios	6	(2.258)	(2.181)	(4.842)	(4.618)
Máquinas e equipamentos	7	(4.768)	(4.638)	(7.572)	(7.118)
Equipamentos de processamento de dados	17	(3.930)	(3.668)	(7.242)	(6.892)
Estruturas	10	-	-	(113)	-
Veículos	20	(334)	(303)	(935)	(728)
Total		<u>(87.767)</u>	<u>(87.185)</u>	<u>(114.153)</u>	<u>(112.521)</u>
Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	444	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		1.479	6.476	8.485	13.834
Móveis e utensílios		2.431	4.929	4.158	6.472
Máquinas e equipamentos		6.120	9.894	21.587	12.290
Equipamentos de processamento de dados		2.457	2.132	3.175	2.886
Estruturas		-	-	9.911	-
Veículos		400	358	3.588	3.467
Adiantamento de imobilizado		165	150	172	176
Total		<u>13.052</u>	<u>23.939</u>	<u>51.520</u>	<u>39.590</u>

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica “Outros intangíveis” representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Custo	-	4.893	4.874	11.649	11.728
Amortização	20	<u>(2.961)</u>	<u>(2.824)</u>	<u>(8.325)</u>	<u>(8.375)</u>
Total		<u>1.932</u>	<u>2.050</u>	<u>3.324</u>	<u>3.353</u>

## c) Composição do imobilizado reavaliado:

## c.1) 31 de março de 2012

	31/03/12		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.873	(26.870)	3
Móveis e utensílios	787	(293)	494
Máquinas e equipamentos	2.339	(590)	1.749
Equipamentos de processamento de dados	367	(245)	122
	<u>30.366</u>	<u>(27.998)</u>	2.368
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(805)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de março de 2012			<u>1.563</u>

	31/03/12		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.873	(26.870)	3
Móveis e utensílios	1.376	(662)	714
Máquinas e equipamentos	4.151	(1.602)	2.549
Equipamentos de processamento de dados	494	(354)	140
	<u>32.894</u>	<u>(29.488)</u>	3.406
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.158)
Eliminações do consolidado (i)			(685)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de março de 2012			<u>1.563</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

c.2) 31 de dezembro de 2011

	31/12/11		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	789	(281)	508
Máquinas e equipamentos	2.339	(568)	1.771
Equipamentos de processamento de dados	367	(239)	128
	<u>30.369</u>	<u>(27.962)</u>	<u>2.407</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(818)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

	31/12/11		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.378	(642)	736
Máquinas e equipamentos	4.151	(1.567)	2.584
Equipamentos de processamento de dados	494	(346)	148
	<u>32.897</u>	<u>(29.429)</u>	<u>3.468</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(1.179)</u>
Eliminações do consolidado (i)			<u>(700)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

## d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Saldo inicial	23.939	12.123	39.590	23.452
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	90	310	288	650
Móveis e utensílios	794	18	1.164	215
Máquinas e equipamentos	434	131	13.770	162
Equipamentos de processamento de dados	602	106	706	151
Estruturas	-	-	9.973	-
Veículos	73	-	328	533
Adiantamento de imobilizado	15	125	15	125
Total de adições	2.008	690	26.244	1.836
Baixas líquidas	(12.201)	-	(12.201)	(12)
Depreciação	(694)	(476)	(1.918)	(1.033)
Efeitos de variação cambial	-	-	(195)	(152)
Saldo final	13.052	12.337	51.520	24.091

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$2.879, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

## e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Saldo inicial	2.050	1.944	3.353	2.161
Adições:				
Software	18	219	202	235
Amortização	(136)	(120)	(179)	(157)
Outras	-	-	(52)	(9)
Saldo final	1.932	2.043	3.324	2.230

Anualmente, em atendimento ao CPC 01, os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia são submetidos ao teste de “impairment”, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, para avaliação da existência de eventuais perdas a serem reconhecidas. Em 31 de dezembro de 2011, a análise de “impairment” preparada pela Administração da Companhia não indicou nenhuma perda a ser registrada.

## 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Fornecedores nacionais	25.138	17.225	47.436	37.204
Fornecedores estrangeiros	58	6.100	2.081	8.175
Total	<u>25.196</u>	<u>23.325</u>	<u>49.517</u>	<u>45.379</u>

## 16. DEBÊNTURES

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08.

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora e Consolidado	
		31/03/12	31/12/11
Debêntures	CDI + 1,47 a 2,09	<u>112.697</u>	<u>135.681</u>
Parcela do passivo circulante		37.697	41.931
Parcela do passivo não circulante		75.000	93.750

a) Em 31 de março de 2012, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.

- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
  - vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
  - vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
  - viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
  - ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
  - x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.
- b) As debêntures são garantidas por:
- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
  - ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
  - iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2013	18.750
2014	37.500
2015	18.750
Total	<u><u>75.000</u></u>

## 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
COFINS a recolher	2.473	2	2.798	203
PIS a recolher	538	1	611	47
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.598	4.659	5.039	5.069
Parcelamento - ISS (b)	-	-	45	170
IRPJ e CSLL a recolher	-	1.245	3.942	5.063
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (c) (d)	700	615	700	615
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5	2	81	42
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	1.725	2.010
IVA	-	-	-	1.558
PIS e COFINS - parcelamento	20	78	20	78
Outros	607	463	987	1.342
Passivo circulante	<u>8.941</u>	<u>7.065</u>	<u>15.948</u>	<u>16.197</u>
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (c) (d)	5.845	6.113	5.845	6.113
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	1.984	2.313
Passivo não circulante	<u>5.845</u>	<u>6.113</u>	<u>7.829</u>	<u>8.426</u>

- (a) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.
- (b) A Metropolitan Empreendimentos S.A. solicitou parcelamento dos débitos de ISS referentes ao período de 1999 a 2000, o qual foi aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças; os recolhimentos iniciaram-se a partir de maio de 2007. O valor principal do parcelamento foi de R\$834 e da multa de mora de R\$1.255, e o prazo para a liquidação é de 60 parcelas. Sobre cada parcela da dívida incidem juros de 1%, calculados sobre o valor da parcela inicial. Ao final de cada ano, o saldo devedor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.
- (c) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

Sendo assim, o valor consolidado destes débitos foi no montante de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. Sendo assim, o saldo restante objeto do parcelamento, foi no montante de R\$5.599, para pagamento em 120 meses, cujo início foi a partir de junho de 2011. Em 31 de março de 2012, o saldo remanescente era de R\$5.054.

(d) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei Municipal nº 15.406/11

Em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a reabertura do prazo, no exercício de 2011, para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários administrados pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada pela Administração e de seus assessores jurídicos como sendo possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 pela Prefeitura do Município de São Paulo sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de pleito de parcelamento.

Sendo assim, o valor consolidado foi negociado para pagamento em 120 meses.

Em 31 de março de 2012 os débitos tributários inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme Lei 15.406/11, totaliza R\$1.491.

## 18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Contratos de “naming rights” (a)	-	1.253	1.015	1.739
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	3.587	7.361	15.815	19.086
Eventos privados (b.2)	1.367	600	1.957	1.100
Vendas antecipadas de ingressos (c)	45.811	46.522	47.919	47.347
Intermediação de shows	-	-	1.057	114
Passivo circulante	<u>50.765</u>	<u>55.736</u>	<u>67.763</u>	<u>69.386</u>

## (a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

## (b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente as empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

## (c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

## 19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Lei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar no fim do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor		
		aprovado	31/03/12	31/12/11
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	-	3
A Família Addams	11 7286	13.617	6.190	8.650
Mamma Mia	09 7620	13.396	362	1.490
Sky Mirage	10 12564	5.893	51	51
Titanic	10 12582	2.986	-	1.136
Total		<u>41.859</u>	<u>6.603</u>	<u>11.330</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	31/12/11	Adições	Baixas	31/03/12
As Bruxas de Eastwick	3	35	(38)	-
A Família Addams	8.650	-	(2.460)	6.190
Mamma Mia	1.490	161	(1.289)	362
Sky Mirage	51	-	-	51
Titanic	1.136	28	(1.164)	-
Total	<u>11.330</u>	<u>224</u>	<u>(4.951)</u>	<u>6.603</u>

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que esta se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes de 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE Internacional S.A. de C.V. será responsável por 100% das contingências apuradas) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso a responsabilidade da CIE Internacional S.A. de C.V. e de Fernando Luiz Alterio será devida na proporção das respectivas participações então detidas à época do fato gerador), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5.000, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE Internacional S.A. de C.V. é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007. Considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 31 de março de 2012 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a reembolsar à Companhia o valor total de R\$4.899, conforme nota explicativa nº 12.

Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimiento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis, previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Trabalhistas	7.188	7.376	7.920	8.144
Cíveis	8.757	8.059	10.146	9.374
Tributários	1.364	1.756	3.830	4.597
<b>Total</b>	<b>17.309</b>	<b>17.191</b>	<b>21.896</b>	<b>22.115</b>
Circulante	1.798	3.034	2.336	3.182
Não circulante	15.511	14.157	19.560	18.933

### 20.1) Processos tributários

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza tributária cuja probabilidade de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos totaliza R\$3.830 em 31 de março de 2012 (R\$4.597 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$31.388.

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2012, o montante global desses processos, classificados como perda possível é de aproximadamente R\$7.270, não há processos classificados como perda provável. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em 7 de fevereiro de 2011 e, posteriormente, confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de 19 de abril de 2011, que reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 31 de março de 2012, é de R\$3.881. Conforme assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse caso é possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, para cujo processo se discute o valor de R\$7.360, que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2012, o valor atualizado do processo é R\$8.814.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2012, o valor atualizado do processo é R\$2.589.

## 20.2) Processos trabalhistas

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza trabalhista e previdenciária cujo risco de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos totaliza R\$7.920 em 31 de março de 2012 (R\$8.144 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de março de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$7.194.

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, em 31 de março 2012 encontra-se em fase de execução da sentença proferida em primeira instância, não havendo recurso pendente de julgamento. O valor bruto envolvido é de R\$1.862, cuja probabilidade de perda é provável.
- b) Processo/expediente que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A. Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante questiona, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa em 10 de dezembro de 2010, por cada uma das empresas reclamadas, aguardando a instrução e o julgamento do processo, sendo o valor envolvido atualizado em 31 de março de 2012 de R\$3.629, cuja probabilidade de perda é possível.

## 20.3) Processos cíveis e outros

A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis no montante de R\$10.146 em 31 de março de 2012, classificados como risco de perda provável (R\$9.374 em 31 de dezembro de 2011). As principais alegações no Brasil advêm de violação as normas consumistas e negativas de venda de ingressos com 50% de desconto (decorrentes de leis referentes à “meia-entrada”) e na Argentina perseguem responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Em 31 de março de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais processos cíveis classificados como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$62.404.

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$29.928 em 31 de março de 2012, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.
- b) A Companhia é autora reconvida em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy do Brasil Ltda. pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy do Brasil Ltda. foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. Referido período foi reduzido para 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005, em julgamento de recurso de apelação da Companhia. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Em 31 de março de 2012 a estimativa atualizada do referido processo é R\$9.459.
- c) Em 12 de agosto de 2011 a Companhia entrou com ação contra a TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A. Neste processo discute-se a rescisão de contrato de patrocínio firmado entre as partes. Em 16 de agosto de 2011, foi distribuída ação das autoras TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A contra a Companhia, na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de setembro de 2011 a Companhia apresentou sua contestação da ação. Atualmente os dois processos tramitam juntos na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Em 31 de março de 2012, o montante em discussão é de aproximadamente R\$3.175, e a probabilidade de perda da Companhia, foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível.
- d) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor

de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, tendo havido sentença de improcedência do pedido autoral. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo autor, que foi parcialmente provido em 17 de janeiro de 2012, para: (a) condenar a Companhia na devolução em dobro da denominada “taxa de entrega”, também chamada de “taxa de retirada” ou “*Will Call*”, quando cobrada sem a devida contraprestação, qual seja a entrega dos ingressos no domicílio do consumidor ou em outro endereço por ele indicado; (b) condenar a Companhia em obrigação de fazer, consistente na disponibilização aos consumidores, que optarem por adquirir os ingressos pelos meios que permitem a cobrança de taxa de conveniência, de forma igualitária, o acesso à escolha dos diversos tipos de assentos disponibilizados para as bilheterias oficiais (em que não é cobrada a referida taxa), tendo classificado como possível a probabilidade de perda; (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia já apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2012, a estimava do valor atualizado atribuído para referido processo é de R\$488.

- e) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.786. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos tem probabilidade de perda avaliada como possível, e os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.
- f) A Companhia é parte ativa de duas ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis, nos quais a mesma opera suas casas de espetáculos como segue:
- (i) Credicard Hall – São Paulo, ação de julho de 2009, que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movida contra a empresa Horário Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda. Em 31 de março de 2012, o processo aguardava prolação da sentença, sendo que neste processo, que atualmente está em fase de produção de prova pericial, os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda como remota, entretanto, entendem que permanecerá a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de 15 de janeiro de 2010 até 31 de março de 2012 é estimada no valor de R\$8.202.
- (iii) Citibank Hall - Rio de Janeiro, ação de 20 de setembro de 2011, que tramita na 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, movida contra as partes: Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, ROVIP S.A., PRECE –

Previdência Privada, Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema BANERJ – PREVIBANERJ, Janaf Empreendimentos e Participações Ltda., Arocenter Empreendimentos e Participações Ltda., e o Fundo de Investimentos Imobiliários Via Parque Shopping. Nesta ação, que se encontra em fase inicial (onde se aguarda a citação de todas as partes envolvidas), a Companhia pleiteia a renovação do aluguel, nos termos dos contratos aditivos celebrados entre as partes. O valor atribuído ao processo na distribuição é de aproximadamente R\$1.100, sendo que para 31 de março de 2012 é de R\$ 1.156, e a probabilidade de perda da Companhia foi avaliada como possível.

- g) Em 16 de Dezembro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Governador e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ver declarada, de forma incidental, a inconstitucionalidade de artigos da Lei Estadual n.º 6.103, promulgada em 8 de dezembro de 2011. A citada lei veio regulamentar, no Estado do Rio de Janeiro, a cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviços de venda de ingressos pela internet e/ou pelo telefone. A Companhia fez pedido liminar visando afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia e suas controladas o cumprimento de tais artigos da lei citada, quando da venda de ingressos para os shows já divulgados e para aqueles que venha promover, no Estado do Rio de Janeiro. O pedido liminar foi indeferido e posteriormente, a ação foi julgada extinta, sendo que há recurso da Companhia pendente de julgamento, e aguarda-se que as autoridades coatoras sejam intimadas a prestar suas informações, no processo. Conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse processo é possível.

#### 20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/11	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/03/12
Trabalhistas	7.376	297	(618)	133	7.188
Cíveis	8.059	740	(42)	-	8.757
Tributários	1.756	(247)	-	(145)	1.364
Total	<u>17.191</u>	<u>790</u>	<u>(660)</u>	<u>(12)</u>	<u>17.309</u>

Consolidado	31/12/11	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/12
Trabalhistas	8.144	287	(618)	135	(28)	7.920
Cíveis	9.374	774	(42)	93	(53)	10.146
Tributários	4.597	(628)	-	(63)	(76)	3.830
Total	<u>22.115</u>	<u>433</u>	<u>(660)</u>	<u>165</u>	<u>(157)</u>	<u>21.896</u>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de março de 2012, o capital social da Companhia é de R\$238.124 representado por 69.290.620 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Os gastos com emissão de ações no montante de R\$9.665, líquidos dos efeitos tributários, estão apresentados em conta redutora específica no Patrimônio Líquido.

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4/1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros da Companhia existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações na BM&FBOVESPA. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia, incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.665, líquido dos efeitos tributários de R\$4.978. A referida captação foi contabilizada pelo valor líquido dos referidos gastos em atendimento ao disposto no CPC 08 – Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 12 de julho de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas com recursos decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme descrito na nota explicativa nº 31. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

Os dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$14.265, serão pagos até 31 de dezembro de 2012.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2011 foi constituída reserva legal no valor de R\$3.004.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de março de 2012, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior, no montante de R\$5.670 (ganho acumulado de R\$5.398 em 31 de dezembro de 2011).

f) Reserva de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 31, em 13 de abril de 2011, o plano de opção de compras de ações da Companhia foi convertido de passivo financeiro para instrumento de patrimônio. Portanto, naquela data, a Companhia transferiu para o patrimônio na rubrica Reserva de capital, o montante de R\$2.549 e na mesma data efetuou a avaliação deste instrumento ao seu valor justo. A despesa correspondente à contraprestação dos serviços do trimestre findo em 31 de março de 2012 foi de R\$79, registrados no resultado do trimestre contra reserva de capital (R\$4.258 em 31 de dezembro de 2011).

## 22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	95.141	35.942	114.294	86.567
Receita bruta de produtos	279	-	6.285	1.923
Impostos incidentes	(12.101)	(2.911)	(14.245)	(6.420)
Receita líquida	<u>83.319</u>	<u>33.031</u>	<u>106.334</u>	<u>82.070</u>

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	25	(56)	21	(173)
Serviços de terceiros	(4.977)	(3.642)	(7.325)	(5.841)
Utilidades e facilidades	(855)	(647)	(942)	(764)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(8.136)	(7.418)	(13.463)	(11.747)
Outras despesas operacionais	(340)	(1.032)	(362)	(1.391)
Despesas operacionais	<u>(14.283)</u>	<u>(12.795)</u>	<u>(22.071)</u>	<u>(19.916)</u>

As despesas por natureza apresentadas acima representam a somatória das rubricas, gerais e administrativas e remuneração dos administradores (essa última vide nota explicativa 12.2) na demonstração de resultado.

## 24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Salários e bonificações	(4.604)	(4.155)	(8.928)	(7.639)
Despesa de férias	(470)	(411)	(632)	(571)
Despesa de 13º salário	(304)	(282)	(504)	(511)
Encargos sociais	(1.790)	(1.537)	(3.093)	(2.491)
Participação nos resultados - bônus	(454)	(259)	(439)	(295)
Pagamentos baseados em ações	(79)	(383)	(79)	(383)
Outros benefícios a empregados (i)	(874)	(665)	(1.637)	(1.171)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(8.575)</u>	<u>(7.692)</u>	<u>(15.312)</u>	<u>(13.061)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(439)	(274)	(1.849)	(1.314)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	<u>(8.136)</u>	<u>(7.418)</u>	<u>(13.463)</u>	<u>(11.747)</u>
	<u>(8.575)</u>	<u>(7.692)</u>	<u>(15.312)</u>	<u>(13.061)</u>

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(230)	(68)	(565)	(396)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(59)	(74)	(324)	(521)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(985)	-	(985)	-
Multas - processos contingentes	-	-	-	(12)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	(126)	-	(126)
Juros com debêntures	(3.964)	(4.532)	(3.964)	(4.532)
Outras	(145)	(129)	(248)	(298)
Total	<u>(5.383)</u>	<u>(4.929)</u>	<u>(6.086)</u>	<u>(5.885)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receitas financeiras:				
Juros ativos	255	51	502	334
Rendimentos de aplicações financeiras	5.118	1.890	5.462	2.323
Outras	13	1	93	9
Total	<u>5.386</u>	<u>1.942</u>	<u>6.057</u>	<u>2.666</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(3.340)	(643)	(5.074)	(1.083)
Ativas	2.833	622	3.194	1.255
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	-	(157)	(26)	(192)
Ativas	7	36	17	53
Total	<u>(500)</u>	<u>(142)</u>	<u>(1.889)</u>	<u>33</u>

## 26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(790)	1.836	(433)	2.944
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(198)	-	(198)	(36)
Receita de bonificação	33	-	260	-
Outras receitas operacionais, líquidas	419	468	222	839
Total	<u>(536)</u>	<u>2.304</u>	<u>(149)</u>	<u>3.747</u>

## 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(527)	(1.230)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(176)	(31)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(2.746)</u>	<u>(250)</u>	<u>(2.228)</u>	<u>(239)</u>
Total	<u>(2.746)</u>	<u>(250)</u>	<u>(2.931)</u>	<u>(1.500)</u>

### b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Lucro do trimestre antes do IRPJ e da CSLL	3.807	1.089	4.080	2.388
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota	(1.294)	(370)	(1.387)	(812)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:			-	
Multas e despesas indedutíveis	(43)	(4)	(43)	(6)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	-	25
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	48	(88)
Controlada tributada no exterior	-	-	(890)	(283)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.047)	464	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(27)	(130)	(27)	(130)
Outras	(335)	(210)	(632)	(206)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(2.746)</u>	<u>(250)</u>	<u>(2.931)</u>	<u>(1.500)</u>

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Controladora	31/12/11	Reconhecido no resultado	31/03/12
Impostos diferidos ativos sobre-			
Não circulante:			
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	39.449	(4.036)	35.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	(8)	41
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.845	40	5.885
Prejuízos fiscais	8.934	1.181	10.115
Base negativa de CSLL	3.641	425	4.066
Outras provisões	1.993	(630)	1.363
Total do ativo	<u>59.911</u>	<u>(3.028)</u>	<u>56.883</u>
Impostos diferidos passivos sobre-			
Não circulante:			
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(818)	13	(805)
Variação cambial	(269)	269	-
Total do passivo	<u>(1.087)</u>	<u>282</u>	<u>(805)</u>
Total líquido	<u>58.824</u>	<u>(2.746)</u>	<u>56.078</u>

Consolidado	31/12/11	Reconhecido no resultado	Reconhecidos	31/03/12
			em outros resultados abrangentes	
Impostos diferidos ativos sobre-				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	39.449	(4.036)	-	35.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.218	(903)	(50)	265
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.696	1.388	(36)	8.048
Prejuízos fiscais	8.934	1.181	-	10.115
Base negativa de CSLL	3.641	425	-	4.066
Outras provisões	2.124	(624)	(42)	1.458
Total do ativo	62.062	(2.569)	(128)	59.365
Impostos diferidos passivos sobre-				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.178)	72	(2.399)	(3.505)
Variação cambial	(269)	269	-	-
Total do passivo	(1.447)	341	(2.399)	(3.505)
Total líquido	60.615	(2.228)	(2.527)	55.860

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	9.890	8.659
Diferenças temporárias dedutíveis	(73)	(444)
	9.817	8.215
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do trimestre	3.338	2.793

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação reversa efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo desse imposto de renda e contribuição social diferidos seja realizado no máximo nos próximos cinco anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em março de 2012.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	17.621	18.489
2013	26.215	26.753
2014	9.149	9.686
2015	3.898	4.437
Total	<u>56.883</u>	<u>59.365</u>

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

### 28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

#### a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando

a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Rubrica	Contas patrimoniais	Notas explicativas	Controladora	
			31/03/12	31/12/11
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(112.697)	(135.681)
Bancos	Ativo circulante	6	3.769	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	174.443	217.065
Total de exposição			65.515	83.892

Rubrica	Contas patrimoniais	Notas explicativas	Consolidado	
			31/03/12	31/12/11
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(112.697)	(135.681)
Bancos	Ativo circulante	6	3.769	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	197.553	238.923
Total de exposição			88.625	105.750

- (i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de março de 2012 a Administração estimou, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	31/03/12	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 10,00%	CDI - 12,50%	CDI - 15,00%
Debêntures	(112.697)	(126.471)	(129.345)	(132.220)
Aplicações financeiras	174.443	192.229	198.342	201.122
Exposição líquida	61.746	65.758	68.997	68.902

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$65.758 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 1,96% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas

estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2012. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma variação líquida no resultado de R\$3.237 e R\$3.142, respectivamente, em comparação ao cenário provável.

- (ii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (iii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco.

#### b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia comprou o instrumento financeiro para proteção de alguns passivos, conforme abaixo:

Instrumento financeiro	Data da contratação	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX contratação	PTAX liquidação	Perda
NDF	12/01/2012	USD	10.000	01/03/2012	1,8077	1,7092	(985)

Em 31 de março de 2012, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Contas patrimoniais	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Bancos	Ativo circulante	Dólares norte-americanos	3.769	2.508	3.769	2.508
Aplicações financeiras	Ativo circulante	Dólares norte-americanos	-	-	473	1.423
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	Pesos argentinos	15.834	14.751	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	Dólares norte-americanos	6.921	5.332	8.528	7.329
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	Dólares norte-americanos	(15.035)	(14.547)	(1.071)	-
Fornecedores	Passivo circulante	Dólares norte-americanos	(58)	(6.100)	(1.843)	(8.175)
Total de exposição			<u>11.431</u>	<u>1.944</u>	<u>9.856</u>	<u>3.085</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor de US\$8.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2012, foi estimado um aumento ou redução de 10% nas flutuações da taxa de juros. Essa oscilação de taxas teria aumentado ou reduzido o resultado financeiro em aproximadamente R\$3.154. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

## 29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		31/03/12	31/12/11
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagista e danos morais	23.832	24.244
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	80.678	82.743
		<u>104.510</u>	<u>106.987</u>

## 30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

## a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall, Citibank Hall São Paulo e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consistente em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

## b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>31/03/12</u>
Até o 1º ano	10.445
Do 2º ao 5º ano	31.913
Após o 5º ano	36.080
Total	<u>78.438</u>

c) Cartas de garantia de crédito

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$87 mil e US\$20.120 mil, respectivamente.

d) Cartas de fiança

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$7.515 e R\$7.015, respectivamente.

### 31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados, entretanto, em datas distintas.

Conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo na data de reporte das informações contábeis intermediárias. Entretanto, referidos contratos determinam também que caso a Companhia efetue processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo dessas opções foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em um instrumento patrimonial, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado até 31/12/11</u>	<u>Valores registrados no resultado do trimestre findo em 31/03/12</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.256.667	2.869	-	-
2008	505.576	1.287	59	127
2010	119.373	102	20	107
Total	<u>1.881.616</u>	<u>4.258</u>	<u>79</u>	<u>234</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações em 13 de abril de 2011, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado				
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/9/2014	1/10/2014	15/7/2015	23/2/2017	1/3/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 plano não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI
Preço para exercício, corrigido pelo CDI - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93
Valor justo por opção – R\$:	(i)				
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	-	-
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75

(i) 1 Plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração e descrito na nota explicativa nº 21(a), em 12 de julho de 2011, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas tendo em vista que alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações exerceram naquela data suas opções já “vested”. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

## 32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia.

### a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínio esportivos. A segmentação por atividade é,

ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas informações contábeis intermediárias, bem como com as práticas contábeis aplicadas:

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

	Consolidado			
	31/03/12			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	62.913	17.496	25.925	106.334
Custos	(62.637)	(14.208)	-	(76.845)
Lucro bruto	276	3.288	25.925	29.489
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(3.677)	(4.926)	-	(8.603)
	(3.401)	(1.638)	25.925	20.886
Despesas administrativas				(14.888)
Resultado financeiro				(1.918)
Lucro antes dos impostos				4.080

	Consolidado			
	31/03/11			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	53.514	11.614	16.942	82.070
Custos	(48.011)	(10.422)	-	(58.433)
Lucro bruto	5.503	1.192	16.942	23.637
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.768)	(4.756)	-	(9.524)
	735	(3.564)	16.942	14.113
Despesas administrativas				(8.539)
Resultado financeiro				(3.186)
Lucro antes dos impostos				2.388

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

<u>Abertura geográfica dos resultados</u>	Consolidado	
	31/03/12	31/03/11
Receita líquida		
Argentina	7.888	18.864
Brasil	94.298	44.176
Chile	4.148	19.030
	<u>106.334</u>	<u>82.070</u>
Lucro bruto		
Argentina	2.345	1.299
Brasil	25.341	17.410
Chile	1.803	4.928
	<u>29.489</u>	<u>23.637</u>
Lucro (prejuízo) operacional		
Argentina	(1.959)	(1.386)
Brasil	7.254	12
Chile	(1.215)	3.762
	<u>4.080</u>	<u>2.388</u>

### 33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e de 2011, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no trimestre findo em 31 de março de 2012 no montante de R\$145 na controladora e R\$396 no consolidado (R\$15 na controladora e R\$163 no consolidado em 31 de março de 2011).
- Retenção de dividendos da ex-acionista controladora CIE Internacional S.A, de C.V. no montante de R\$8.804 em 30 de março de 2011, referentes à liquidação parcial da dívida com a Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 12.
- Provisão de valores referente a dividendos mínimos obrigatórios a receber de controladas no montante de R\$2.555 em 31 de dezembro de 2011, conforme descrito na nota explicativa nº 21.
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$6.311.
- Baixa de imobilizado na Companhia para contribuição de capital na Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., no montante de R\$12.300, e imposto de renda sobre ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$2.400. E adição de imobilizado para contribuição de capital de acionistas não controladores no montante de R\$6.715.

#### 34. LUCRO POR AÇÃO

##### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo exercício.

##### Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>
Lucro do trimestre atribuível aos acionistas da Companhia	<u>1.061</u>	<u>839</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.291</u>	<u>57.466</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>71.054</u>	<u>57.466</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,0153</u>	<u>0,0146</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,0149</u>	<u>0,0146</u>

### 35. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 7 de maio de 2012.

## Relatório da Administração

### Principais Destaques

- A T4F iniciou a construção do resultado do ano de 2012 com um primeiro trimestre em linha com suas projeções, apresentando crescimento de dois dígitos percentuais em todas as principais linhas de resultado, quando comparado ao mesmo período do ano anterior:
  - ✓ **Receita Líquida** de R\$106,3 milhões (+30% vs. 1T11)
  - ✓ **Lucro Bruto** de R\$29,5 milhões (+25% vs. 1T11)
  - ✓ **EBITDA** de R\$8,1 milhões (+20% vs. 1T11)
  - ✓ **Lucro Líquido** de R\$1,1 milhão (+29% vs. 1T11)
  
- O primeiro trimestre do ano é tradicionalmente o mais fraco dos trimestres no nosso ramo de atividade, tendo pouco peso relativo na formação do resultado total do ano. A análise que proporciona um melhor entendimento do desempenho da companhia no tempo, que é a comparação dos 12 meses acumulado até março de 2012 contra o período de 12 meses imediatamente anterior, apresenta um forte crescimento:
  - ✓ **Receita Líquida** de R\$634,1 milhões (+29% vs. 12 meses anteriores abr/10-mar/11 - “12ma”)
  - ✓ **Lucro Bruto** de R\$192,8 milhões (+30% vs. 12ma)
  - ✓ **EBITDA** de R\$109,1 milhões (+47% vs. 12ma)
  - ✓ **Lucro Líquido** de R\$61,3 milhões (+102% vs. 12ma)
  
- Continuamos projetando um importante crescimento do resultado em 2012 versus o ano anterior, destacando:
  - ✓ Confirmação da nova turnê sul-americana de Madonna, com grandes shows em estádios de futebol em dezembro de 2012 no Brasil, Argentina e Chile, com vendas já iniciadas.
  - ✓ Forte pipeline de shows de música indoor com artistas renomados nacionais e internacionais: Bob Dylan, Demi Lovato, Duran Duran, Roxette, Yanni, Scorpions, Paula Fernandes, Zezé di Camargo e Luciano, Zeca Pagodinho, entre muitos outros.
  - ✓ Forte início de temporada do musical A Família Addams no Teatro Abril em São Paulo, com apresentações esgotadas desde a estreia, e Mamma Mia! no Opera Citi em Buenos Aires, performando acima das nossas projeções.
  - ✓ Abertura de vendas da nova turnê brasileira do Disney on Ice no 2T12, sinalizando um crescimento significativo sobre o ano anterior.
  
- No 1T12 firmamos parceria com importantes produtores internacionais, assegurando conteúdos de primeira linha que aumentam a previsibilidade de receitas da Companhia:
  - ✓ Disney Theatrical Group: contratamos os musicais da Broadway O Rei Leão, Mary Poppins e A Pequena Sereia, alavancando o crescimento e visibilidade dos resultados futuros em nossa divisão de teatro para pelo menos os próximos 5 anos. A estréia de O Rei Leão, o musical de maior de bilheteria da história, está prevista para 2013 em São Paulo.

- ✓ Cirque du Soleil: contratamos o espetáculo *Corteo*, com apresentações programadas até o final de 2014. Este será o quinto espetáculo consecutivo promovido pela T4F em longa temporada na América do Sul.
- Em linha com nossa estratégia de atuação verticalizada com incremento de margem, concluímos a aquisição do controle da Aurolights, a maior empresa brasileira de equipamentos de luz para eventos de entretenimento ao vivo, complementada pelo aporte de outros equipamentos utilizados na produção de grandes espetáculos.

## Destaques Financeiros e Operacionais

(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)

	1T12	1T11	Var. 1T12/1T11	Abr-11 / Mar-12	Abr-10 / Mar-11	Var.	4T11	Var. 1T12/4T11
<b>Indicadores Financeiros</b>								
<b>Receita Líquida</b>	<b>106.334</b>	<b>82.070</b>	<b>30%</b>	<b>634.089</b>	<b>489.713</b>	<b>29%</b>	<b>231.930</b>	<b>-54%</b>
<b>Promoção de Eventos</b>	<b>62.913</b>	<b>53.514</b>	<b>18%</b>	<b>379.685</b>	<b>293.466</b>	<b>29%</b>	<b>145.841</b>	<b>-57%</b>
Música ao Vivo	33.655	45.841	-27%	248.636	188.191	32%	92.175	-63%
Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais	27.776	6.958	299%	117.087	93.166	26%	51.266	-46%
Eventos Esportivos	1.482	715	107%	13.963	12.108	15%	2.401	-38%
<b>Operação de Bilheteria, A&amp;B e Casas de Espetáculos</b>	<b>17.496</b>	<b>11.614</b>	<b>51%</b>	<b>106.403</b>	<b>81.926</b>	<b>30%</b>	<b>33.787</b>	<b>-48%</b>
<b>Patrocínio</b>	<b>25.925</b>	<b>16.942</b>	<b>53%</b>	<b>148.001</b>	<b>114.322</b>	<b>29%</b>	<b>52.302</b>	<b>-50%</b>
Promoção de Eventos	21.309	12.351	73%	126.763	90.813	40%	46.280	-54%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	4.616	4.591	1%	21.238	23.508	-10%	6.022	-23%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>29.489</b>	<b>23.637</b>	<b>25%</b>	<b>192.761</b>	<b>148.704</b>	<b>30%</b>	<b>71.777</b>	<b>-59%</b>
Margem Bruta (%)	27,7%	28,8%	-1,1 p.p.	30,4%	30,4%	-	30,9%	-3,2 p.p.
<b>EBITDA</b>	<b>8.095</b>	<b>6.764</b>	<b>20%</b>	<b>109.120</b>	<b>74.103</b>	<b>47%</b>	<b>50.836</b>	<b>-84%</b>
Margem EBITDA (%)	7,6%	8,2%	-0,6 p.p.	17,2%	15,1%	2,1 p.p.	21,9%	-14,3 p.p.
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.149</b>	<b>888</b>	<b>29%</b>	<b>61.332</b>	<b>30.368</b>	<b>102%</b>	<b>33.701</b>	<b>-97%</b>
Margem Líquida (%)	1,1%	1,1%	-	9,7%	6,2%	3,5 p.p.	14,5%	-13,4 p.p.

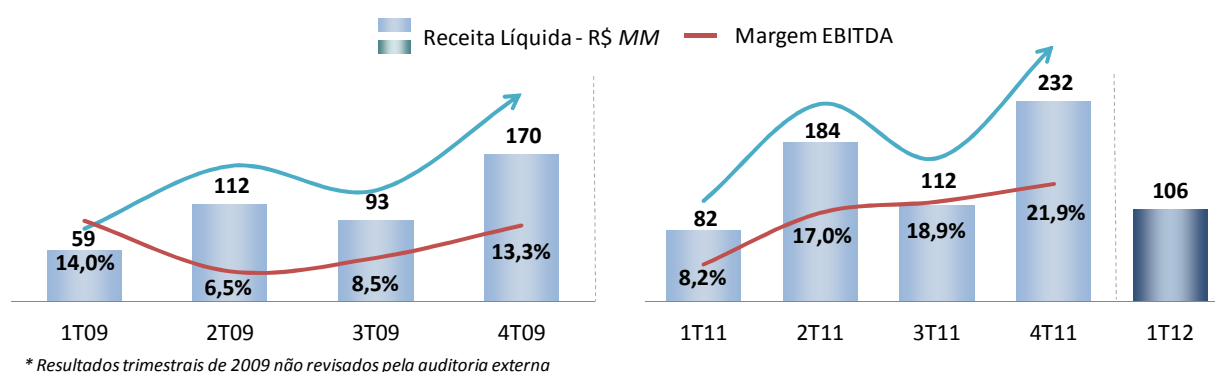
	1T12	1T11	Var. 1T12/1T11	Abr-11 / Mar-12	Abr-10 / Mar-11	Var.	4T11	Var. 1T12/4T11
<b>Indicadores Operacionais<sup>1</sup></b>								
<b>Música ao Vivo</b>								
Número de Eventos	59	70	-16%	385	348	11%	125	-53%
Ingressos Vendidos (000)	240	334	-28%	1.961	1.462	34%	696	-65%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	157	138	14%	132	129	2%	124	26%
<b>Eventos Família e Teatro</b>								
Número de Eventos	123	96	28%	857	726	18%	246	-50%
Ingressos Vendidos (000)	183	57	222%	954	834	14%	249	-27%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	175	107	63%	136	121	13%	231	-24%

(1) Não inclui Exposições Culturais e Eventos Esportivos

## Considerações sobre Sazonalidade dos Resultados Trimestrais

Conforme já destacado em nossos relatórios anteriores, o primeiro trimestre tem pouco peso relativo no resultado do exercício anual. Além disso, a margem EBITDA de cada trimestre é influenciada não apenas pelo volume da receita, mas também pelo *mix* de conteúdos promovidos.

À exceção de 2010, quando mais de 50% do total de shows em estádios naquele ano ocorreram no 1º trimestre, o comportamento típico da sazonalidade dos trimestres é aquele ocorrido nos anos de 2009 e 2011, no qual (i) o segundo semestre é mais relevante que o primeiro semestre, e (ii) o quarto trimestre é o mais forte do ano, como mostram os gráficos abaixo. Pelas nossas projeções, este padrão de sazonalidade trimestral se repetirá em 2012.



## Comentário de Desempenho do 1T12

### Promoção de Eventos

#### Música ao vivo

No 1T12 promovemos 59 apresentações de música ao vivo com mais de 240 mil ingressos vendidos. Realizamos 2 shows de *Roger Waters – The Wall* em estádios, sendo um em Porto Alegre e outro show no Rio de Janeiro, shows indoor dos artistas internacionais *James Blunt*, *Luis Miguel*, *Laura Pausini*, *Bruno Mars* e *Gipsy Kings* e shows nacionais de Ana Carolina, Zeca Pagodinho, Zezé di Camargo & Luciano, entre outros.

A retração na receita líquida deste segmento na comparação contra o 1T11 é explicada principalmente pelo menor volume de shows realizados em estádios e arenas. No 1T11 promovemos 5 destes shows, sendo 2 da turnê sul-americana *U2 360°* e 3 de *Ozzy Osbourne*.

O mix de artistas contribuiu para que o preço médio por ingresso aumentasse 14% vs. 1T11, atingindo R\$157.

#### Eventos de entretenimento familiar, teatro e exposições culturais

A receita líquida neste segmento atingiu R\$27,8 milhões, representando 44% da receita total com promoção de eventos, devido principalmente a um forte crescimento no número de ingressos vendidos com alto preço médio.

No 1T12 tivemos as estréias dos musicais da *Broadway* “A Família Addams” no Teatro Abril em São Paulo e *Mamma Mia!* no Teatro Opera Citi em Buenos Aires, ambos com grande sucesso de público e de crítica especializada. Paralelamente, demos sequência à turnê brasileira de *Varekai* do *Cirque du Soleil* com apresentações nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

### Eventos esportivos

A receita líquida de eventos esportivos, composta pelas vendas de ingressos, camarotes e *hospitality centers* de competições de automobilismo, foi de R\$1,5 milhão, com crescimento de 107% no 1T12 versus 1T11. Importante ressaltar que a maior contribuição de receita neste segmento advém de patrocínios.

### Operação de Bilheteria, Alimentos e Bebidas (A&B) e de Casas de Espetáculos

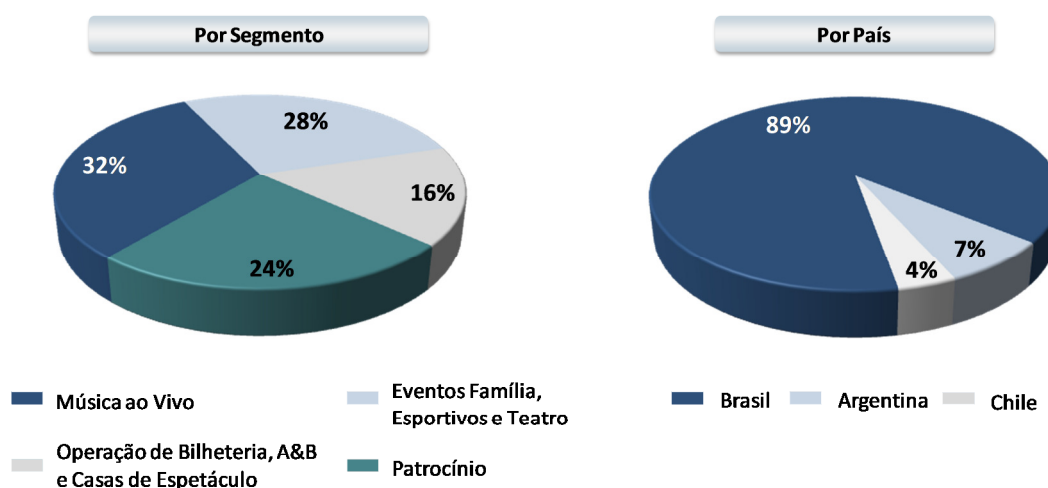
As receitas dessa categoria cresceram 51% em relação ao 1T11, atingindo R\$17,5 milhões. A arrecadação de taxas de serviço pela venda de ingressos através de nossos canais de conveniência foi beneficiada pela venda antecipada dos 4 shows da turnê brasileira de *Roger Waters* e pela venda dos ingressos para o espetáculo *Varekai* do *Cirque du Soleil* em Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre.

Nossas operações de A&B, *merchandising* e de operação de casas de espetáculos também apresentaram importante resultado no trimestre, com destaques para as receitas per capita de A&B de *A Família Addams*, *Cirque du Soleil*, e das turnês sul-americanas de importantes nomes da música internacional, além das maiores receitas com aluguel das casas para eventos corporativos e estacionamento.

### Patrocínios

A receita líquida proveniente de patrocínios alcançou R\$26 milhões no 1T12, com crescimento de 53% sobre 1T11. Esse aumento é relacionado às plataformas de shows de música *indoor* internacional e nacional e pela sequência da turnê brasileira do *Cirque du Soleil*.

**Abertura da Receita por Segmento e por País em 1T12**



A composição da receita líquida por segmento ilustra a força do modelo de negócios diversificado e verticalizado, no qual a receita de promoção de eventos é proveniente de múltiplos conteúdos, complementada por receitas de serviços, operação de casas de espetáculos e distintos tipos de patrocínios.

### **Lucro Bruto**

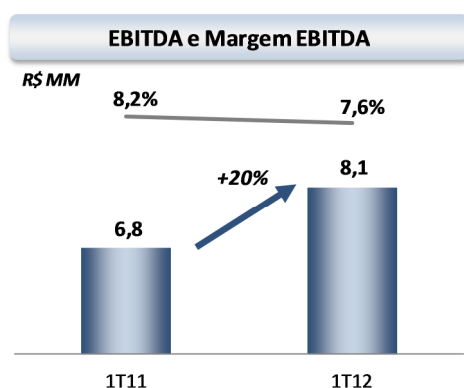
O lucro bruto do 1T12 foi de R\$29,5 milhões, com um crescimento de 25% sobre o 1T11. A margem bruta recuou 1,1p.p., para 27,7%, mantendo-se dentro dos parâmetros normais do negócio.

### **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras**

No 1T12 registramos despesas com vendas, gerais e administrativas no montante de R\$23,3 milhões, com aumento de 7,0% nominal sobre o 1T11. Estas despesas se reduziram de 26,6% da receita líquida no 1T11 para 22,0% no 1T12.

Outras despesas operacionais totalizaram R\$0,2 milhão, contra outras receitas operacionais de R\$3,7 milhões no 1T11 decorrentes de reversões de provisões para contingências no montante de R\$3,4 milhões.

### **EBITDA**



O EBITDA cresceu 20% no 1T12 comparado ao 1T11, impulsionado pela maior receita e lucro bruto, e com margem de 8,2% da receita líquida. A margem EBITDA ficou dentro dos parâmetros normais para o trimestre de mais fraca atividade do ano e conseqüente menor diluição de despesas operacionais.

No período de 12 meses acumulado até março de 2012, medida que elimina o efeito da sazonalidade do negócio, o EBITDA cresceu 47% sobre o mesmo período de 12 meses anteriores, e a margem EBITDA aumentou 2,1 p.p., atingindo 17,2%.

(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)

	1T12	1T11	Var. 1T12/1T11	Abr-11 / Mar-12	Abr-10 / Mar-11	Var.	4T11	Var. 1T12/4T11
<b>Reconciliação do EBITDA</b>								
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.149</b>	<b>888</b>	<b>29%</b>	<b>61.332</b>	<b>30.368</b>	<b>102%</b>	<b>33.701</b>	<b>-97%</b>
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.931	1.500	95%	47.276	19.028	148%	16.694	-82%
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.918	3.186	-40%	(5.975)	20.192	n.d.	(1.333)	n.d.
(+) Depreciações e Amortizações	2.097	1.190	76%	6.487	4.515	44%	1.774	18%
<b>= EBITDA</b>	<b>8.095</b>	<b>6.764</b>	<b>20%</b>	<b>109.120</b>	<b>74.103</b>	<b>47%</b>	<b>50.836</b>	<b>-84%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>7,6%</b>	<b>8,2%</b>	<b>-0,6 p.p.</b>	<b>17,2%</b>	<b>15,1%</b>	<b>2,1 p.p.</b>	<b>21,9%</b>	<b>-14,3 p.p.</b>

### Resultado Financeiro

O resultado de receitas financeiras (R\$6.057 mil) menos despesas financeiras (R\$6.086) foi praticamente zero. O resultado financeiro foi negativo em R\$1,9 milhões, decorrente principalmente dos efeitos da desvalorização do dólar sobre saldos de ativos na mesma moeda nos países em que operamos.

### Lucro Líquido

No 1T12 geramos um lucro líquido de R\$1,1 milhão, 29% superior ao resultado do 1T11. O nosso *cash earnings*, calculado como sendo o LAIR menos os impostos correntes, atingiu R\$3,4 milhões, representando um crescimento de 200% sobre o ano 2010.

No período de 12 meses acumulado até março de 2012, o lucro líquido cresceu 102%, atingindo R\$62,1 milhões, e o *cash earnings* ficou em R\$99,0 milhões, apresentando um aumento de 142% sobre o mesmo período de 12 meses anteriores.

## Balanço Patrimonial 1T12

### Caixa

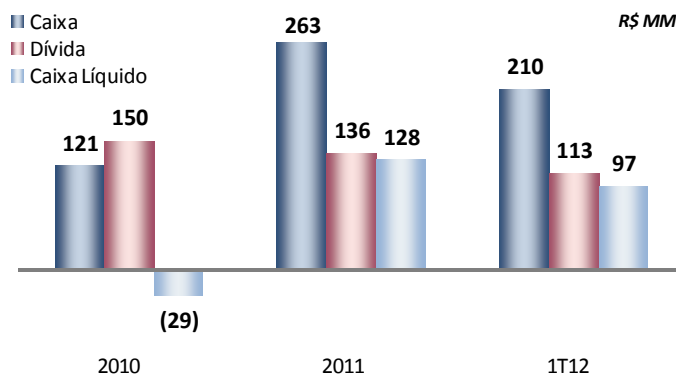
Encerramos o 1T12 com um caixa consolidado total de R\$210 milhões, com uma política de investimento conservadora que prioriza preservação do capital e liquidez.

Mantemos nossos recursos em depósitos à vista e em aplicações pós-fixadas com liquidez diária junto a instituições financeiras de primeira linha. Não assumimos exposição a riscos de taxas de juros, de liquidez, ou de instrumentos financeiros derivativos, exceto neste último caso, somente para proteção contra variação cambial de compromissos operacionais em moeda estrangeira.

### Endividamento

Ao final do 1T12 apresentamos um endividamento oneroso de R\$113 milhões, reduzido de uma amortização parcial de R\$18,8 milhões no período. Este passivo é representado unicamente pelo saldo a amortizar das debêntures emitidas em março de 2010 e cujo cronograma de amortizações se estende

até março de 2015. A companhia encerrou o trimestre com um caixa líquido de R\$97 milhões, em condição confortável para prosseguir com a execução do plano de investimentos da companhia.



## Aquisições

Dentro da estratégia de aumento de verticalização do nosso negócio e em linha com o nosso plano de expansão anunciado no IPO, a T4F concluiu a aquisição do controle da Aurolights, maior empresa brasileira de equipamentos de luz.

A transação se deu através da aquisição de uma participação minoritária, seguida de um aporte de equipamentos já adquiridos pela T4F no final do ano passado, dentre eles: palco, barricada, *pro track*, cobre-campo, entre outros.

Com os ativos aportados pela T4F, a Aurolights tornou-se a maior empresa da América do Sul em locação de equipamentos para eventos de entretenimento ao vivo e, a T4F tornou-se controladora, com 69,4% de participação, de uma companhia com ativos avaliados em R\$24,2 milhões.

O próximo passo pretendido é a aquisição, via Aurolights, de equipamentos de som, o que proporcionará maior crescimento na geração de resultado recorrente e verticalizado no nosso negócio.

## Pipeline de Eventos

### Shows de Música *Outdoor*

Abrimos as vendas de ingressos da turnê sul-americana da mega *pop star Madonna* com apresentações previstas para o 4T12 em estádios no Brasil, Argentina e Chile.

Além disso, promovemos no início de abril duas grandes apresentações em São Paulo do show *The Wall* de *Roger Waters*, com público total superior a 100 mil pessoas, e estamos em negociações para a contratação de shows *outdoor* de outros importantes artistas para o segundo semestre de 2012 e início de 2013.

## Pipeline de Eventos (cont.)

### Shows de Música Indoor

Entre shows de artistas internacionais já realizados nos meses de abril e maio, e outros a serem realizados no restante de 2012, temos mais de 60 shows contratados, incluindo: *Bob Dylan* (11 shows), *Roxette* (11), *Duran Duran* (6), *Demi Lovato* (4), *Scorpions* (2), *Dream Theater* (5), *Yanni* (4), *3 Doors Down* (3), *Morten Harket* - vocalista do *A-HA* (4), *G3* (5), e *Nightwish* (1).

Além de música internacional, também promoveremos diversos shows de música de artistas nacionais de primeira classe em nossas casas, importantes para a recorrência de receita verticalizada tais como: Zezé di Camargo e Luciano, Kid Abelha, Paula Fernandes, Titãs, entre muitos outros.

### Eventos Esportivos

Promoveremos no 2T12 mais três etapas da temporada anual do campeonato Copa Caixa de Stock Car – a mais tradicional prova do automobilismo brasileiro, nas cidades de Curitiba/PR, Ribeirão Preto/SP e Porto Alegre/RS. Adicionalmente, também promoveremos 3 etapas da Copa Petrobras de Marcas nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

### Eventos de Entretenimento Familiar, Teatro, e Exibições Culturais

Após a passagem de *Varekai* por Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília no 1T12, a turnê do *Cirque du Soleil* passará pelas cidades brasileiras de Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, antes de se iniciarem os espetáculos em Buenos Aires e Santiago. Ainda em eventos de entretenimento familiar, teremos no 2T12 a turnê do espetáculo de *Batman Live* no Brasil, Argentina e Chile, a turnê brasileira de *Disney on Ice*, e o evento de lutas performáticas *WWE* em São Paulo.

Em março de 2012 assinamos novo contrato com o *Cirque du Soleil* válido até janeiro de 2015 para a promoção do espetáculo *Corteo*. Trata-se da quinta turnê consecutiva da companhia canadense promovida pela T4F na América do Sul.

Continuaremos a promoção dos espetáculos musicais de grande sucesso da Broadway, *A Família Addams*, no Teatro Abril em São Paulo, e *Mamma Mia!* no Opera Citi em Buenos Aires. Esses espetáculos musicais seguem com desempenho de vendas acima de nossas expectativas iniciais, sendo que no mês de março e abril as apresentações de *Família Addams* estiveram com ingressos esgotados.

No 1T12 firmamos parceria com a Disney Theatrical Group, uma das maiores detentoras de conteúdos teatrais do mundo, para a realização de três grandes musicais da Broadway na América do Sul ao longo dos próximos cinco anos: *O Rei Leão*, *Mary Poppins* e *A Pequena Sereia*. A estréia de *O Rei Leão*, que recentemente ultrapassou *O Fantasma da Ópera* na Broadway como o maior espetáculo musical em receita de bilheteria da história, está prevista para 2013 em São Paulo.

Esses novos contratos com o *Cirque du Soleil* e a *Disney* demonstram a capacidade de liderança da T4F em assegurar acesso aos melhores conteúdos no mercado mundial de entretenimento e amplia receita recorrente da companhia no segmento de artes performáticas e de entretenimento familiar.

\* \* \*